

Belo Monte
Transmissora de
Energia SPE S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência para auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC/RJ-086312/O-6

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015	Passivo	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa		9.438	13.417	Fornecedores	12	292.604.135	52.278.808
Títulos e valores mobiliários	8	37.407.298	277.786.908	Salários e encargos sociais	13	5.680.740	5.669.592
Impostos a recuperar	9	8.279.022	3.686.736	Impostos a recolher	14	6.624.506	1.212.371
Adiantamentos		73.987	78.042	Outras contas a pagar		-	715.000
Despesas antecipadas		714.855	1.140.461	Emprestimos e financiamentos	15	1.357.877.612	-
Outras		116.201	-	Instrumentos financeiros derivativos	17	470.491	-
Total do ativo circulante		46.600.801	282.705.564	Debêntures	16	400.737.984	460.005.432
				Dividendos	20.c	1.685.356	-
Ativo financeiro	10	4.295.349.150	1.045.818.587	Total do passivo circulante		2.065.680.824	519.881.203
Imobilizado	11	1.869.353	2.011.094	Impostos diferidos	19	96.656.658	11.650.800
Intangível		380.940	369.245	Total do passivo não circulante		96.656.658	11.650.800
Total do ativo não circulante		4.297.599.443	1.048.198.926	Patrimônio líquido			
				Capital social	20.a	2.180.000.000	817.001.000
				Reserva legal	20.b	177.406	-
				Dividendos adicionais propostos	20.c	1.685.356	(17.628.513)
				Prejuízos acumulados		-	-
				Total do patrimônio líquido		2.181.862.762	799.372.487
Total do ativo		4.344.200.244	1.330.904.490	Total do passivo e patrimônio líquido		4.344.200.244	1.330.904.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional	21	<u>3.252.619.445</u>	<u>998.177.244</u>
Custo de construção	22	(3.002.645.233)	(998.177.244)
Lucro bruto		<u>249.974.212</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais			
Pessoal	23	(5.672.601)	(8.761.403)
Material		(38.315)	(63.830)
Serviços de terceiros	24	(2.064.092)	(2.501.942)
Arrendamentos e aluguéis		(1.195.908)	(1.022.804)
Seguros		(47.843)	(54.552)
Tributos e taxas		(26.044)	(111.060)
Despesas administrativas		(583)	(547)
Depreciação		(156.440)	(65.489)
Perdas na alienação e desativação		-	(2.207)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		<u>240.772.386</u>	<u>(12.583.834)</u>
Receitas financeiras	25	27.990.957	67.089.407
Despesas financeiras	25	(162.580.853)	(59.952.316)
Resultado financeiro	25	<u>(134.589.896)</u>	<u>7.137.091</u>
Resultado antes dos impostos		<u>106.182.490</u>	<u>(5.446.743)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido		<u>(85.005.858)</u>	<u>(11.517.049)</u>
Lucro (prejuízo) do exercício		<u>21.176.631</u>	<u>(16.963.792)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	2016	2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	21.176.632	(16.963.792)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>21.176.631</u>	<u>(16.963.792)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

		Capital Social						
	Nota	Subscrito	A Integralizar	Integralizado	Reservas	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014		25.001.000	-	25.001.000	-	-	(664.721)	24.336.279
Subscrição de capital	21.a	792.000.000	(792.000.000)	-	-	-	-	-
Aporte de capital		-	792.000.000	792.000.000	-	-	-	792.000.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(16.963.792)	(16.963.792)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		817.001.000	-	817.001.000	-	-	(17.628.513)	799.372.487
Saldo em 31 de dezembro de 2016		2.531.000.000	(351.000.000)	2.180.000.000	177.406	1.685.356	-	2.181.862.762
Subscrição de capital	21.a	1.713.999.000	(1.713.999.000)	-	-	-	-	-
Aporte de capital		-	1.362.999.000	1.362.999.000	-	-	-	1.362.999.000
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	21.176.631	21.176.631
Reserva Legal	21.b	-	-	-	177.406	-	(177.406)	-
Dividendos mínimos obrigatório		-	-	-	-	-	(1.685.356)	(1.685.356)
Dividendos adicionais propostos	21.c	-	-	-	-	1.685.356	(1.685.356)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2016	31/12/2015
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>21.176.631</u>	<u>(16.963.792)</u>
Ajustes por:		
Depreciação	156.440	65.489
Perdas do ativo imobilizado	-	(290)
Rendimentos sobre ativos financeiros	(249.974.212)	(33.873.668)
Juros empréstimos e debentures e amortização dos custos	134.153.062	59.631.860
Impostos diferidos	85.005.858	11.517.048
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais		
Impostos a recuperar	(4.592.286)	(3.551.508)
Adiantamentos	4.055	10.017
Despesas pagas antecipadamente	425.606	642.262
Contas a receber	(116.201)	-
Fornecedores	1.923.000	47.847.572
Salários e encargos	11.148	4.938.652
Obrigações fiscais	5.412.135	1.174.029
Outras contas a pagar	(715.000)	465.000
Pagamento juros das debêntures	(123.938.897)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<u>(131.068.662)</u>	<u>71.902.671</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	240.379.610	(270.892.261)
Ativo financeiro	(2.760.683.533)	(988.090.614)
Ativo imobilizado	(26.394)	(5.378.912)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(2.520.330.317)</u>	<u>(1.264.361.787)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e Financiamentos	1.288.395.999	-
Debentures	-	400.373.572
Integralização de capital	<u>1.362.999.000</u>	<u>792.000.000</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>2.651.394.999</u>	<u>1.192.373.573</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.979)</u>	<u>(85.544)</u>
Demonstrações da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	13.417	98.961
No fim do exercício	<u>9.438</u>	<u>13.417</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.979)</u>	<u>(85.544)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. (“Sociedade”) sediada na Avenida Presidente Vargas, 955, sala 801 - 9º Andar - Centro - RJ, constituída em 20 de março de 2014, é uma sociedade em fase pré-operacional.

A Sociedade foi criada pelas empresas State Grid Brazil Holding S.A. (“State Grid”), Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletronorte”) com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 011/2013 (“Leilão”).

1.1 Da concessão

A Sociedade sagrou-se vencedora no Leilão, arrematando o Lote AB, referente à concessão para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão destinadas a escoar a energia gerada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, que adicionará uma capacidade de aproximadamente 11.233 MW* ao Sistema Interligado Nacional (SIN) (“Projeto”).

O Projeto prevê a construção de uma linha de transmissão de ultra-alta tensão (UAT) de 800 kV, com aproximadamente 2.092 km de extensão, com origem na Estação Conversora Xingu, no Estado do Pará, e término na Estação Conversora Estreito, no Estado de Minas Gerais.

Resolução Autorizativa ANEEL 5.948 de 12 de julho de 2016 transfere a titularidade do reforço de barramento da SE Xingu à Sociedade, embora encontra-se aprovada pela ANEEL, fora suspensão por medida judicial, por meio do mandato de segurança nº 1005788-36.2016.4.01.3400, cuja citação ocorreu em 5 de setembro de 2016 na Sociedade. Em 5 de outubro de 2016 a 3ª. Vara Federal Civil manteve a liminar suspendendo a REA 5.948 e encaminhou ao MPF.

Resolução Autorizativa ANEEL 6.006 de 23 de agosto de 2016 transfere a titularidade da SE Estreito à Sociedade encontra-se aprovada. Em 29 de setembro de 2016, foi recebida pela Sociedade, o mandado de segurança nº 1007433-96.2016.4.01.3400, a qual requer a suspensão da Resolução Autorizativa 6.006/2016, de 23 de julho de 2016, a qual transfere a titularidade do reforço de barramento da SE Estreito à Sociedade, cuja liminar para suspensão não foi deferida, visto que o juízo aguarda ouvir ao MPF. Em 20 setembro de 2016 o juízo decidiu por postergar a análise do pedido liminar para depois da apresentação das informações e do parecer do MPF, sendo assim, a titularidade da SE Estreito permanece à Sociedade.

O prazo de construção é de até 46 meses a partir da assinatura do contrato de concessão (assinado em 16 de junho de 2014), sendo expectativa da administração entrar em operação comercial em fevereiro de 2018. A realização de tais empreendimentos assegurará à Sociedade uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 434 milhões por ano (conforme contrato de concessão assinado em 16 de junho de 2014).

A Sociedade encontra-se em fase pré-operacional de construção da sua linha de transmissão. Em 31 de dezembro de 2016, o sucesso e a viabilidade das operações futuras depende do atingimento das projeções de resultado da Administração. Em 28 de dezembro de 2016, foi aprovado pela diretoria do BNDES a liberação do crédito de longo prazo que encontra-se em fase de atendimento das condicionantes para o desembolso, o qual é destinado a construção da linha de transmissão e equilíbrio de seu capital circulante líquido que encontra-se negativo em R\$ 2.019.080.023.

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

1.2 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)

A Sociedade, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar, a partir de 2 de outubro de 2014, no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto às autoridades governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 7 de outubro de 2014.

1.3 Questões ambientais

A viabilidade ambiental do projeto foi emitida pelo IBAMA, por meio da Licença Prévia nº 506/2015, de 20 de maio de 2015. Em 05 de outubro de 2015, por meio da Licença de Instalação nº 1080/2015, foi autorizado à Sociedade implantar as estações conversoras e canteiros principais. A licença de instalação para a linha de transmissão e canteiros auxiliares, foi liberada em janeiro de 2016 pelo IBAMA. Em 17 de novembro de 2016, por meio da Licença de Instalação nº 1136/2016, foi autorizado à Sociedade implantar as linhas de eletrodo nas subestações.

2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de janeiro de 2017.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o Real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.1 Ativo financeiro e receita de remuneração do ativo financeiro

A Sociedade mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (TRAF) é estimada pela Sociedade considerando a taxa de retorno do investimento. A TRAF é estimada para reconhecer a remuneração do ativo financeiro.

4.2 Margem de construção, receita de construção e custo de construção

A Sociedade reconhece em suas demonstrações financeiras margem zero de lucro sobre os valores registrados a título de receita de construção da infraestrutura de transmissão. A construção é efetuada por terceiros, tendo em vista a condição principal de uma concessionária de transmissão.

4.3 Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. São constituídas provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes das jurisdições em que a Sociedade atua.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Principais políticas contábeis

A Sociedade aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

6.1 Títulos e valores mobiliários

Compreendem os valores mantidos em aplicações financeiras com liquidez imediata.

6.2 Ativo financeiro

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato. O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias, independentemente, do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo. As adições decorrentes da infraestrutura de transmissão são registradas como ativo financeiro.

6.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro

6.4 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial

6.5 Dividendos

O estatuto da Sociedade é omissivo em relação aos dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos foram reconhecidos conforme especificado no artigo 202 da Lei 6.404/76.

6.6 Receita e custo de construção

A Sociedade é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) e reconhece o desenvolvimento da infraestrutura da concessão (construção) de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

6.7 Receita de remuneração do ativo financeiro

Refere-se à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento (contrato de concessão) sobre o valor do investimento.

6.8 Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

6.9 Despesas de juros de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

6.10 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

6.10.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.10.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Sociedade espera liquidar seus passivos.

6.11 Instrumentos financeiros

A Sociedade classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

6.11.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando A Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Sociedade em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.11.2 Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

São mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

6.11.3 Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações passaram a ser efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não teve impactos relevantes nos montantes divulgados no exercício atual ou no anterior.

Novas normas revisadas e já emitidas, mas não efetivas, não foram adotadas de forma antecipada pela Sociedade.

- **IFRS 9** - Instrumentos financeiros (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018)
- **IFRS 15** - Receita de contratos de clientes (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018)
- **IFRS 16** - Arrendamento mercantil (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Sociedade está procedendo a sua análise sobre os impactos dessas novas normas ou modificações em suas demonstrações financeiras.

8 Títulos e valores mobiliários

Bancos	Remuneração	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015
CEF	101,1% CDI	05/11/2019	-	31.659.484
CEF	101,1% CDI	01/10/2017	-	50.729.530
CEF	101,2% CDI	03/10/2017	-	10.350.062
CEF	101,1% CDI	03/07/2019	-	9.640.986
Santander	101,7% CDI	20/01/2017	-	38.751.683
Santander	101,5% CDI	02/08/2016	-	33.702.700
Santander	101,7% CDI	12/02/2016	-	23.567.270
Itaú (a)	20% CDI	Vinculada	42.379	23.521
Safra	101,0% CDI	27/05/2016	-	50.613.311
Safra	101,0% CDI	27/05/2016	-	28.748.361
BTG Pactual	101,0% CDI	26/06/2017	9.831.867	-
BTG Pactual	101,0% CDI	29/06/2017	1.100.000	-
Pine	101,0% CDI	20/02/2017	16.180.384	-
ABC	100% CDI	21/06/2017	10.252.668	-
			37.407.298	277.786.908

Referem-se a aplicação em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas em média à taxa de 101,4% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) conforme vencimentos descritos acima.

- (a) O capital mantido em conta-corrente é automaticamente aplicado pelo banco em títulos CDB.

9 Impostos a recuperar

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	7.308.372	3.657.669
IRRF a recuperar	742.441	-
Outros	<u>228.209</u>	<u>29.067</u>
Total	<u>8.279.022</u>	<u>3.686.736</u>

10 Ativo financeiro indenizável

	31/12/2016	31/12/2015
Terrenos	630.000	630.000
Gestão ambiental	26.270.127	15.390.168
Engenharia	44.010.548	9.571.214
Sondagens, terraplanagem e topografia	29.567.174	28.845.115
Edificações obra civil e benfeitorias	794.801.596	53.425.311
Máquinas e equipamentos (d)	2.686.719.803	599.978.961
Móveis e utensílios	94.342	94.342
Pessoal	28.065.411	13.134.939
Materiais	548.822	335.981
Serviços de terceiros (a)	39.140.889	18.395.626
Despesas (receitas) financeiras (b)	92.449.841	(7.866.620)
Arrendamentos e alugucis	4.113.582	1.835.125
Seguros	1.183.719	718.653
Tributos e taxas	80.820.820	2.234.935
Doações, contribuições e subvenções	124.527	46.855
Indenizações nas servidões	30.000	30.000
Desenvolvimento de projetos	812.937	3.822.477
Adiantamento a fornecedores (c)	117.513.849	263.636.372
Dépósitos judiciais	28.470.779	7.250.178
Servidoes	35.697.937	-
Rendimentos sobre ativo financeiro	<u>284.282.447</u>	<u>34.308.954</u>
	<u>4.295.349.150</u>	<u>1.045.818.587</u>

- (a) Refere-se principalmente à estudos e projetos realizados para a construção da linha de transmissão.
- (b) Refere-se principalmente à variações cambiais do contrato em moeda estrangeira (euro/dólar) com a Siemens/Phelps/Alubar para compra de transformadores, materiais e serviços
- (c) Refere-se aos adiantamentos para os prestadores de serviço conforme contratos EPC (Engenharia, projeto e construção).
- (d) Refere-se ao recebimento dos transformadores e outros materiais importados/entregues pela Siemens/Brametal/Sac Towers/Phelps à Sociedade.

11 Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	59.487	-	-	2.011.094
(+) Adições	580.724	1.006.390	441.856	2.028.970
(-) Baixas	(2.207)	-	-	(2.207)
(-) Depreciação	(33.389)	(19.566)	(22.200)	(75.155)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	604.615	986.824	419.656	2.011.094
(+) Adições	7.244	-	-	7.244
(-) Baixas	-	-	-	-
(-) Depreciação	(64.586)	(40.092)	(44.307)	(148.985)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	547.273	946.732	375.349	1.869.353

As taxas médias anuais, ponderadas, de depreciação utilizadas para os itens de imobilizado administrativo são as seguintes: máquinas e equipamentos - 20%, benfeitorias em imóveis - 10% e móveis e utensílios - 10%.

12 Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Brametal S A	35.621.285	9.838.319
Sae Towers S.A	19.077.223	11.834.762
Incomisa S.A	1.710.361	-
SEPCOI	3.027.690	-
Phelps S.A	13.604.515	28.797.902
Tabocas Participações e Empreendimentos S.A.	1.951.998	106.036
Siemens AG	86.972.206	-
Siemens LTDA	60.652.158	-
Alubar metais e cabos sa	36.937.658	-
Prysmian cabos e sistemas do brasil sa	276.891	-
Zopone	12.934.720	-
Electro vidro S.A	1.045.397	-
Outros	18.792.033	1.701.789
Total	292.604.135	52.278.808

13 Salários e encargos sociais

	31/12/2016	31/12/2015
Salários e ordenados	81.084	1.627
Bônus e gratificações	3.500.594	3.341.456
FGTS a recolher	121.899	50.479
INSS a recolher	295.010	848.986
Imposto de renda retido na fonte a recolher	344.354	249.964
Férias e 13º salário	977.923	841.973
Encargos sobre férias e 13º salário	359.876	335.107
Total	5.680.740	5.669.592

14 Impostos a recolher

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda retido na fonte	123.761	63.711
Contribuição social	77.985	99.454
Pis/Cofins/CSLL	187.665	12.159
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	88.178	173.417
PIS/PASEP	-	48
ICMS	45.184	4.177
INSS retido a recolher	3.498.613	-
ISS	2.603.120	859.405
Total	6.624.506	1.212.371

15 Empréstimos e financiamentos

Empréstimo	31/12/2015	Liberação	Juros	Custos	31/12/2016
BNDES TJLP	-	359.198.000	23.732.757	-	382.930.757
BNDES SELIC	-	359.198.000	38.340.062	-	397.538.062
PINE	-	50.000.000	2.053.590	-	52.053.590
Banco da China	-	25.000.000	762.307	-	25.762.307
ABC	-	75.000.000	1.822.598	-	76.822.598
China Construction bank	-	380.000.000	7.509.145	-	387.509.145
ICBC	-	40.000.000	104.866	-	40.104.866
(-) custos a amortizar	-	(10.479.599)	-	5.635.886	(4.843.714)
	-	<u>1.277.916.401</u>	<u>74.325.325</u>	<u>5.635.886</u>	<u>1.357.877.612</u>

As características dos empréstimos e financiamentos são como se segue:

BNDES

Refere-se ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito estabelecido com o BNDES em 26 de janeiro de 2016, destinado à implantação do sistema de transmissão composto pela linha de Transmissão Belo Monte. O financiamento está dividido em dois subcréditos, detalhados a seguir:

Subcrédito "A"

No valor de R\$ 359.198.000 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 2,5% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, a partir da data de liberação dos recursos. O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% a.a. (URTJLP) é capitalizado trimestralmente, no dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre o dia 15 subsequente à formalização deste contrato e 15 de setembro de 2016. O prazo de amortização e pagamento de juros serão realizados em prestações única, vencendo-se no dia 15 de outubro de 2016. Com a execução do 1º aditivo em outubro de 2016, a data final para amortização em parcela única, foi postergada de 15 de outubro de 2016 para 15 de fevereiro de 2017, ou na data do desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES à sociedade por meio de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro.

Subcrédito “B”

No valor de R\$ 359.198.000 providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 2,18% ao ano, base 252 dias úteis e o saldo devedor da BENEFICIÁRIA, aí incluídos o principal, juros compensatórios e moratórios, outras despesas, comissões e demais encargos pactuados, será calculado diariamente, capitalizando-se a variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia — SELIC (Taxas SELIC), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização e pagamento de juros serão realizados em prestações única, vencendo-se no dia 15 de outubro de 2016. Com a execução do 1º aditivo em outubro de 2016, a data final para amortização em parcela única, foi postergada de 15 de outubro de 2016 para 15 de fevereiro de 2017, ou na data do desembolso da primeira parcela do crédito que venha a ser aberto pelo BNDES à sociedade por meio de contrato de financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro.

Principais cláusulas restritivas do BNDES

- Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;
- Não realizar qualquer intervenção no sítio de obras do projeto antes da emissão das Licenças de Instalação relativa ao canteiros de obras, linha de transmissão e estações conversoras de Xingu (PA) e Estreito (MG), oficialmente publicadas, expedidas pelo órgão ambiental competente; e

Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

Banco Pine S.A.

Refere-se a Cédulas de Crédito Bancário estabelecido com o Banco Pine S.A em 21 de outubro de 2016 e 16 de novembro de 2016, destinado à implantação do sistema de transmissão composto pela linha de Transmissão Belo Monte. O crédito está dividido em dois subcréditos, detalhados a seguir:

Subcrédito “A”

No valor de R\$ 25.000.000 providos com recursos ordinários do Banco Pine S.A Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 4,20% ao ano, base 360 dias e o saldo devedor da BENEFICIÁRIA, aí incluídos o principal, juros compensatórios e moratórios, outras despesas, comissões e demais encargos pactuados, será calculado diariamente, capitalizando-se a variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas CETIP), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização e pagamento de juros serão realizados em prestações única, vencendo-se no dia 15 de maio de 2017.

Subcrédito “B”

No valor de R\$ 25.000.000 providos com recursos ordinários do Banco Pine S.A Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 4,20% ao ano, base 360 dias e o saldo devedor da BENEFICIÁRIA, aí incluídos o principal, juros compensatórios e moratórios, outras despesas, comissões e demais encargos pactuados, será calculado diariamente, capitalizando-se a variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas CETIP), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização e pagamento de juros serão realizados em prestações única, vencendo-se no dia 24 de abril de 2017.

Banco da China Brasil S.A.

Refere-se a Cédulas de Credito Bancário estabelecido com o Banco da China Brasil S.A em 25 de outubro de 2016, destinado à implantação do sistema de transmissão composto pela linha de Transmissão Belo Monte.

Foi desembolsado o valor de R\$ 25.000.000 providos com recursos ordinários do Banco da China Brasil S.A Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 3,50% ao ano, base 252 dias e o saldo devedor da BENEFICIÁRIA, aí incluídos o principal, juros compensatórios e moratórios, outras despesas, comissões e demais encargos pactuados, será calculado diariamente, capitalizando-se a variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos — CETIP (Taxas CETIP), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização e pagamento de juros serão realizados em prestações única, vencendo-se no dia 24 de abril de 2017.

Banco ABC Brasil S.A.

Refere-se a Cédulas de Credito Bancário estabelecido com o Banco ABC Brasil S.A em 4 de novembro de 2016, destinado à implantação do sistema de transmissão composto pela linha de Transmissão Belo Monte.

Foi desembolsado o valor de R\$ 75.000.000 providos com recursos ordinários do Banco ABC Brasil S.A Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 2,50% ao ano, base 360 dias e o saldo devedor da BENEFICIÁRIA, aí incluídos o principal, juros compensatórios e moratórios, outras despesas, comissões e demais encargos pactuados, será calculado diariamente, capitalizando-se a variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas CETIP), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização e pagamento de juros serão realizados em prestações única, vencendo-se no dia 03 de maio de 2017.

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A

Refere-se a Cédulas de Credito Bancário estabelecido com o China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A em 17 de novembro de 2016, destinado à implantação do sistema de transmissão composto pela linha de Transmissão Belo Monte.

Foi desembolsado o valor de R\$ 380.000.000 providos com recursos ordinários do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 3,50% ao ano, base 360 dias e o saldo devedor da BENEFICIÁRIA, ai incluídos o principal, juros compensatórios e moratórios, outras despesas, comissões e demais encargos pactuados, será calculado diariamente, capitalizando-se a variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas CETIP), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização e pagamento de juros serão realizados em prestações única, vencendo-se no dia 17 de março de 2017.

ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Refere-se a Cédulas de Credito Bancário estabelecido com o Icbc Do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 26 de dezembro de 2016, destinado à implantação do sistema de transmissão composto pela linha de Transmissão Belo Monte.

Foi desembolsado o valor de R\$ 40.000.000 providos com recursos ordinários do Icbc Do Brasil Banco Múltiplo S.A. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 3,50% ao ano, base 360 dias e o saldo devedor da BENEFICIÁRIA, ai incluídos o principal, juros compensatórios e moratórios, outras despesas, comissões e demais encargos pactuados, será calculado diariamente, capitalizando-se a variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos — CETIP (Taxas CETIP), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização e pagamento de juros serão realizados em prestações única, vencendo-se no dia 23 de junho de 2017.

Não há cláusulas restritivas para os contratos de empréstimos com os bancos mencionados acima, com exceção do BNDES.

16 Debêntures

Empréstimo	31/12/2015	Amortização dos Juros	Juros	Custos	31/12/2016
Primeira	233.168.037	(63.630.631)	33.957.483	(1.625.198)	201.869.691
Segunda	226.837.396	(60.308.266)	33.755.888	(1.416.724)	198.868.293
	<u>460.005.432</u>	<u>(123.938.897)</u>	<u>67.713.371</u>	<u>3.041.922</u>	<u>400.737.984</u>

Em 12 de janeiro de 2015, a Sociedade celebrou instrumento particular de coordenação, colocação e distribuição com esforços restritos de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries com garantia adicional fidejussória sob regime de garantia firme de colocação da 1ª emissão pública da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. O vencimento original das debêntures ocorreria ao término do prazo de 18 (dezoito) meses contados da data de emissão. Foram emitidas 403 (quatrocentas e três) Debêntures no montante total de R\$ 403.000.000, sendo a primeira série composta por 203 (duzentas e três) debêntures com vencimento em 26 de junho de 2016 e atualização pelo CDI acrescido de juros remuneratório de 1,50% e a segunda série composta por 200 (duzentas) debêntures com vencimento em 26 de junho de 2016 e atualização pelo CDI acrescido juros remuneratório de 2,00%.

Em 24 de junho de 2016 foi assinado 1º aditamento ao instrumento alterando a data de vencimento das debêntures de 26 de junho de 2016 para 26 de dezembro de 2016 e os juros remuneratórios da 1ª série de 1,50% para 2,30% e da 2ª série de 2,00% para 2,50%

Em 17 de agosto de 2016 foi assinado 2º aditamento ao instrumento porém não alterando nenhuma cláusula financeira e/ou comercial que venha a impactar a dívida.

Em 21 de dezembro de 2016 foi assinado 3º aditamento ao instrumento alterando a data de vencimento das debêntures de 26 de dezembro de 2016 para 26 de abril de 2017.

As debêntures não possuem cláusulas restritivas.

A Administração pretende quitar as debêntures utilizando os recursos provenientes do financiamento de longo prazo junto ao BNDES que está em fase final de negociação.

Os acionistas são fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

Fiadora	Responsabilidade Máxima
State Grid	51%
Eletrobrás	24,5%
Furnas	24,5%

17 Instrumentos financeiros derivativos

Visando proteger o fluxo de pagamentos de gastos com a construção denominados em moedas estrangeiras, em 31 de dezembro de 2016 a Sociedade mantinha em seu passivo operações de NDF (Non-Deliverable Forward) de taxas de câmbio de euro e dólar, uma posição em aberto a pagar no montante R\$ 470.491. Em 31 de dezembro de 2015 não havia posição de derivativos em aberto.

18 Partes relacionadas

A Sociedade constituiu provisão para aluguel administrativo a ser pago para a State Grid referente à locação do espaço onde está localizado o escritório administrativo do Rio de Janeiro da Sociedade. O aluguel mensal convencionado é de R\$ 61.300 mensais, tendo sido reconhecida despesa de R\$ 735.600 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 715.000 em 31 de dezembro 2015, o qual foi totalmente liquidado em abril de 2016). A remuneração da administração está apresentada na nota explicativa 21.

19 Impostos diferidos

	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ e CSLL	<u>96.656.658</u>	<u>11.650.800</u>
Total	<u><u>96.656.658</u></u>	<u><u>11.650.800</u></u>

Refere-se ao passivo fiscal diferido sobre os rendimentos do ativo financeiro relacionado à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito era de R\$ 2.531.000.000 (R\$ 817.001.000 em 31 de dezembro de 2015), representado por 2.531.000.000 (817.001.000 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com preço de emissão de R\$ 1 cada.

A composição do capital social subscrito da Sociedade é como se segue:

	31/12/2016	31/12/2015
State Grid Brazil Holding S.A. (51% de participação)	1.290.810.000	416.670.510
Furnas Centrais Elétricas S.A. (24,5% de participação)	620.095.000	200.165.245
Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte (24,5% de participação)	620.095.000	200.165.245
Total	2.531.000.000	817.001.000

Segue abaixo as deliberações de subscrição e integralização de capital ocorridas no exercício.

Data do CA	Evento	Capital subscrito	Capital integralizado	
			Valor	Data
30/04/2016	Aumento de capital	408.163.265	(408.163.265)	22/09/2016
06/06/2016	Aumento de capital	302.000.000	(302.000.000)	11/07/2016
19/07/2016	Aumento de capital	172.835.735	(172.835.735)	17/08/2016
10/08/2016	Aumento de capital	100.000.000	(100.000.000)	15/08/2016
11/08/2016	Aumento de capital	100.000.000	(100.000.000)	24/08/2016
26/08/2016	Aumento de capital	180.000.000	(180.000.000)	05/10/2016
26/09/2016	Aumento de capital	50.000.000	(50.000.000)	24/10/2016
10/11/2016	Aumento de capital	50.000.000	(50.000.000)	08/12/2016
09/12/2016	Aumento de capital	351.000.000	-	
		1.713.999.000	(1.362.999.000)	

b. Reserva legal

A reserva legal será constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	21.176.631
Prejuízo acumulado	(17.628.513)
Base de cálculo para reserva legal	3.548.118
Reserva Legal (5%)	177.406
Base de cálculo para dividendos	3.370.712
Dividendos mínimos obrigatórios (50%)	1.685.356
Dividendo adicional proposto	1.685.356

21 Receita operacional

	31/12/2016	31/12/2015
Receita de construção	3 002.645 233	988 177.244
Receita de remuneração do ativo financeiro	<u>249.974 212</u>	<u>-</u>
	<u>3 252 619 445</u>	<u>998.177.244</u>

O valor da receita de remuneração do ativo financeiro de 2015 foi originalmente classificado como receita financeira, e não foi reclassificado para fins de comparabilidade devido o seu valor não ser material.

22 Custo de construção

Refere-se aos serviços de implantação e construção das linhas de transmissão ou melhoria da infraestrutura a serem utilizados na atividade fim de prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica.

Durante o período da obra, o custo de construção é reconhecido como ativo financeiro e não gera margem de lucros por não representar a atividade fim da Sociedade, portanto a receita e o custo de construção são equivalentes. Segue composição do custo de construção no exercício:

	31/12/2016	31/12/2015
Terreno	-	(630.000)
Gestão ambiental	(10.879.960)	(11.481.359)
Engenharia	(34.439.335)	(8.119.309)
Sondagens, terraplanagem e topografia	(722.058)	(28.845.115)
Edificações obra civil e benfeitorias	(741.376.286)	(53.425.311)
Máquinas e equipamentos (d)	(2.086.740.843)	(599.972.384)
Móveis e utensílios	-	(30.642)
Pessoal	(14.930.472)	(11.958.709)
Materiais	(212.841)	(325.403)
Serviços de terceiros (a)	(20.745.263)	(9.162.727)
Despesas (receitas) financeiras (b)	(100.316.462)	7.866.620
Arrendamentos e aluguéis	(2.278.457)	(1.472.516)
Seguros	(465.066)	(469.309)
Tributos e taxas	(78.585.885)	(2.234.935)
Doações, contribuições e subvenções	(77.672)	(46.855)
Desenvolvimento de projetos	(80.000)	(732.936)
Adiantamento a fornecedores (c)	146.122.523	(269.886.175)
Servidos	(35.696.557)	-
Depósitos judiciais	<u>(21.220.599)</u>	<u>(7.250.179)</u>
Total	<u>(3.002.645.233)</u>	<u>(998.177.244)</u>

- (a) Refere-se principalmente à estudos e projetos realizados para a construção da linha de transmissão.
- (b) Refere-se principalmente à variações cambiais do contrato em moeda estrangeira (Euro/dólar) com a Siemens/Phelps/Alubar para compra de transformadores, matérias e serviços.
- (c) Refere-se aos adiantamentos para os prestadores de serviços conforme contratos EPC (Engenharia, projetos e construção).
- (d) Refere-se ao recebimento dos transformadores e outros materiais importados/entregues pela Siemens/Brametal/Sae Towers/Phelps a Sociedade.

23 Despesas de pessoal

	31/12/2016	31/12/2015
Empregados	(1.275.245)	(1.803.675)
Férias e 13º salário	(424.934)	(312.279)
Bônus e gratificações	(565.552)	(3.773.932)
Remuneração do pessoal-chave da administração	(1.423.559)	(905.300)
INSS	(1.027.872)	(1.020.737)
FGTS	(219.687)	(164.624)
Assistência médica	(374.767)	(274.284)
Alimentação	(195.244)	(155.399)
Vale transporte	(13.560)	(63.523)
Seguro de vida em grupo	(121.955)	(129.469)
Custos rescisórios	-	(39.264)
Outros	(30.226)	(118.918)
Total	(5.672.601)	(8.761.403)

24 Serviços de terceiros

	31/12/2016	31/12/2015
Comunicações	(146.296)	(153.820)
Passagens aéreas	(162.274)	(192.631)
Consultores técnicos	(51.129)	(216.595)
Assessoria jurídica	(155.849)	(135.414)
Auditoria e contadores	(304.466)	(280.919)
Despachante	(97.909)	(88.835)
Publicações	(81.274)	(171.712)
Hospedagem	(45.026)	(12.714)
Eventos	(48.599)	(467.916)
Cartório	(29.070)	(28.281)
Despesas de viagem	(28.679)	(63.658)
Serviços diversos	(400.966)	(450.119)
Energia Elétrica	(261.752)	-
Outros	(250.803)	(239.327)
Total	(2.064.092)	(2.501.942)

25 Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Receita financeira		
Receita sobre aplicação financeira	25.722.477	33.876.280
Rendimento sobre ativo financeiro	-	33.873.669
Outras receitas financeiras	<u>2.268.480</u>	<u>80.711</u>
	<u>27.990.957</u>	<u>67.089.407</u>
Despesa financeira		
Juros - debêntures	(67.713.370)	(57.860.943)
Amortização custos de captação - debêntures	(4.951.471)	(1.770.918)
Juros curto prazo	(12.252.507)	-
Custo dívida curto prazo	(2.281.564)	-
Juros BNDES	(62.072.820)	-
Custo dívida nacional	(3.354.352)	-
IOF dívida nacional	(7.612.591)	-
Juros e multas	(231.739)	(169.654)
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(1.299.537)	(741.252)
IOF	(248.566)	(24.842)
Tarifas bancárias	(47.991)	(53.983)
Taxas financeiras	<u>(514.346)</u>	<u>(71.977)</u>
	<u>(162.580.853)</u>	<u>(59.952.316)</u>
Líquido	<u>(134.589.896)</u>	<u>7.137.091</u>

26 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

26.1 Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, à rentabilidade e à liquidez previamente aprovadas pela diretoria e pelos acionistas.

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumento financeiro derivativos da Sociedade visa proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, especialmente no que diz respeito às flutuações das taxas de juros, índices de preços e moedas. A Sociedade manteve no encerramento em 31 de dezembro de 2016 contratos de derivativos para se proteger contra os riscos das moedas euro e do dólar provenientes de certos contratos com fornecedores de construção. Em 31 de dezembro de 2015, a empresa não tinha posição aberta de instrumentos derivativos. A gestão desse risco tem como objetivo acompanhar, e avaliar periodicamente a exposição da Sociedade, propondo estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de crédito com outros parceiros do mercado. A Sociedade também não pratica investimentos de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Sociedade a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Sociedade procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

c. Riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Sociedade não honrar com seus compromissos no vencimento. Esse risco é controlado por meio de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da Sociedade, mediante projeções de curto e longo prazos, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Sociedade pode adotar, como política financeira, a busca constante pela mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira, caso houver.

26.2 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários e ativo financeiro são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

27 Compromissos

A Sociedade assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 1.697.435.321. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Contratado	Objeto	Data
Engepro / Fluxo / Leme	Elaboração do projeto básico da LT	05/05/2014
Engepro	Elaboração do projeto básico do Eletrodo bipolo I	10/07/2014
SEPCO I	Construção Trecho 1 da LT	12/12/2014
SEPCO I	Construção Trecho 2 da LT	12/12/2014
Tabocas	Construção Trecho 3 da LT	12/12/2014
Tabocas	Construção Trecho 4 da LT	12/12/2014
SEPCO I	Construção Trecho 5 da LT	12/12/2014
São Simão	Construção Trecho 6 da LT	12/12/2014
São Simão	Construção Trecho 7 da LT	12/12/2014
Incomisa	Construção Trecho 8 da LT	11/02/2015
Brametal	Fornecimento de torres	16/12/2014
Engepro	Elaboração do traçado do eletrodo - conversoras Estreito e Xingú	19/12/2014
Electrovidro	Fornecimento de isoladores	23/12/2014
SAE Towers	Fornecimento de torres	06/01/2015
Granadeiro e Correia	Software Construtivo	22/01/2015
Fluxo Engenharia	Elaboração do cálculo das hipóteses de carregamento	29/01/2015
Siemens	Subestações conversora e inversora - HVDC	11/02/2015
Incomisa	Fornecimento de torres	09/03/2015
Fluxo Engenharia	Análise e certificação das atividades de plotação de estruturas	25/03/2015
Prismian Draka Brasil	Fornecimento de cabo OPGW	30/03/2015
DHM	Inspeção de materiais	15/04/2015
Sistema Pri	Fiscalização dos serviços de investigação geotécnica	15/04/2015
Phelps Dodge	Fornecimento de cabo condutor	11/06/2015
Alubar Metais e Cabos	Fornecimento de cabo condutor	26/06/2015
Marte Engenharia	Topografia e projeto executivo das linhas dos eletrodos bipolo I	06/07/2015
JMG Energia	Engenharia e Fiscalização da implantação da LT	15/07/2015
Marte Engenharia	Projeto executivo, sondagem e topografia remanejamento da LT 230KV Tucuruí x Altamira	20/08/2015
ACX Engenharia	Construção civil e montagem eletromecânica para remanejamento da LT 230KV Tucuruí x Altamira	29/09/2015
Cronograma de vencimentos:		Em RS mil
2017		1.530.938.230
2018		<u>166.497.091</u>
Total		<u>1.697.435.321</u>

28 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros para a Sociedade com vencimento 13 de julho de 2018 era composta por garantia de indenização, até o valor fixado de R\$250.000.000, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador, referente às obrigações assumidas no Contrato de Concessão, oriundo do Edital de Leilão n.º 11/2013 - ANEEL, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado da Linha de Transmissão - Lote AB. Os acionistas serão fiadores da operação na proporção das obrigações garantidas:

Fiadora	Responsabilidade Máxima
State Grid	51%
Eletronorte	24,5%
Furnas	24,5%

29 Evento subsequente

BNDES

Em 28 de dezembro de 2016 foi aprovado a DIR pelo BNDES referente ao crédito de longo prazo, o mesmo tem uma previsão de liberação até 28 de fevereiro de 2017.

Distribuição de Dividendos

Conforme condicionante prevista no instrumento de financiamento de longo prazo do BNDES, obrigatoriamente e previamente à assinatura e celebração do contrato de financiamento do banco, a Sociedade deverá promover a alteração do seu Estatuto Social de forma a se obrigar a não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.



Zhang Ran
Diretora Financeiro


Chang Zhongtao
Presidente


Armando Ribeiro de Araújo
Diretor Técnico


Simone Cortez Gomes Novello
Contadora
CRC-RJ 095172/O-2


Newton Jordão Zerbini
Diretor de Meio Ambiente